



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 10

5.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 28 de setembro de 2018

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís David Trindade de Moreira Testa, Manuela Pedroso (em substituição de Ricardo Jorge Romão, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Hugo Chichorro e Silva Capote, Marco Antunes (em substituição de Joaquim Francisco da Silva Barbas, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Maria da Conceição Ceia Miranda, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Helena Mafra (em substituição de Adriano Dias Pedro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Nelson Silva (em substituição de Amândio José Valente e Valente, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), António Carreiras (em substituição de Fernando António Rebola, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Raúl Cordeiro (em substituição de José Pinto Leite, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Miguel Crespo Carvalho, Maria do Rosário Palhas Narciso, João Manuel Ribeiro Realinho, Rosa Maria Vieira Correia Pinheiro, Cristiana Mafalda Silveira Camejo, Carla Lucinda Raposo Mocito, José Cordas Barradas, Diogo Júlio Cleto Serra, João Pedro Meira, Filipe Dias Calha (em representação de Ana Catarina Vilhais, nos termos da alínea c), do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), João Manuel Batista Vivas, Marília Lacão (em representação de Luís Miguel Ricardo, nos termos da alínea c), do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Francisco José Meira Martins da Silva. -----

O Presidente da mesa, Luís Testa, face ao pedido de substituição do membro José Pinto Leite, primeiro secretário da Assembleia, chamou para o seu lugar Carla Mocito. Deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas e um quarto. Verificada a existência de quórum, foi dado conhecimento do expediente recebido pelos serviços de apoio administrativo daquela Assembleia Municipal e informou que a generalidade da correspondência estava disponível na plataforma. Sendo aquela uma Assembleia ordinária, disse que iriam passar ao período de intervenção do público.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Período de intervenção do público:

Não houve inscritos. -----

Período antes da ordem do dia:

Hugo Capote, no uso da palavra, disse que a sua intervenção tinha o intuito de informar que o Vereador da CDU, Luís Pargana, tinha resolvido renunciar às suas competências, no executivo da Câmara Municipal de Portalegre. Na interpretação do seu grupo partidário, quem perdia era Portalegre, porque havia vereadores que tinham vontade de fazer coisas mas não sabiam, havia outros que sabiam mas não queriam e, por outro lado, o vereador que sabia e que queria fazer, tinha acabado de renunciar às suas competências. Desde logo, manifestava ali o apreço pelo trabalho desenvolvido, e pela dignidade do ato protagonizado pelo Vereador Luís Pargana. Solicitou autorização à mesa para ler a carta de renúncia apresentada, para que todos tivessem conhecimento da mesma:

“Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Portalegre; venho por este meio apresentar a minha renúncia aos pelouros atribuídos por V.^a Ex.^a no presente mandato autárquico.

Em boa verdade, desses pelouros e respetivas competências já pouco ia restando, tendo em conta a prática sistemática de desvio de informação e decisão paralela, sobre assuntos que deveriam ser tratados no âmbito das competências delegadas.

Essa é a maior prova de que, efetivamente, faltou confiança no relacionamento entre eleitos, por diferentes forças políticas e sem confiança não é crível que se possa fazer boa gestão pública.

Faltou sobretudo a lealdade mínima, que deveria ter sido máxima, de não pretender atirar o odioso do que corre mal para os outros, ao mesmo tempo que se faz para que corra mal, de forma a poder guardar para si aquilo que for positivo, ainda que feito pelos outros. Os exemplos são muitos e dispense-me de os enunciar.

Esta disputa permanente foi a prática de todos os dias na Câmara Municipal, quando os portalegrenses mereciam a partilha e o entendimento entre os autarcas que elegeram.

Prolongar mais esta situação seria um exemplo de hipocrisia política, na qual não me revejo e que não serve Portalegre, nem os portalegrenses.

Não é de ânimo leve que tomo esta decisão. Faço-o em consciência e com a amargura de ter percebido que não é possível mudar por dentro, quando a Presidente da Câmara não quer a mudança. Não é possível fazer quando falta o querer da Presidente da Câmara.

E, na verdade, hoje temos que nos interrogar sobre a boa fé de um acordo assinado, para esta solução governativa, em que durante um ano não houve da sua parte



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

empenho, nem disponibilidade, nem interesse na convergência de ação, não tendo sido cumprido nenhum dos compromissos assumidos.

Os meses em que trabalhámos, alegadamente, em conjunto foram, na verdade, meses de costas voltadas. Os culpados não serão só um, mas a responsabilidade primeira pelo acolhimento, e coordenação e consensualização devem partir de quem tem mais poder e, no meu caso, não me foi dado poder nenhum.

Por isso, Sr.^a Presidente, apresento a renúncia aos pelouros que me estavam atribuídos e que desempenhei com a consciência tranquila de ter feito o possível, no limite do que me foi permitido. Cesso também todas as funções executivas que desempenhava, nomeadamente a de membro do Conselho de Administração dos SMAT e outras, como é o caso da vice presidência do Conselho de Curadores da Fundação Robinson.

Não significa esta renúncia uma desistência de Portalegre, não se desiste da nossa terra. Pelo contrário, significa a redobrada convicção de que é possível fazer diferente e melhor e é por essa diferença que continuarei a lutar.”

No uso da palavra, Henrique Santinho, Presidente da Junta de Freguesia de Fortios, disse à Presidente da Câmara que, depois de várias tentativas, depois de vários mails e ofícios dirigidos à autarquia, não obteve explicação sobre a dívida que a Câmara tinha para com aquela Junta, baseada num protocolo de competências. Sublinhou que, desde abril, a Junta só agora tinha sido contemplada com o dinheiro que lhe era devido há muito. A Junta de Fortios tem feito serviços que competiam à Câmara e, portanto, era-lhes mais do que devido aquele valor. Acrescentou que, mesmo noutros assuntos importantes, nunca obtiveram resposta atempada por parte da autarquia. Disse ainda não ser fácil gerir uma Junta que vivia com um orçamento do FEF, em que os salários eram superiores ao que se recebia.

Lembrou à Presidente da Câmara que, há cerca de três meses, lhe tinha chamado a atenção para o facto de haver outras Juntas de Freguesia que eram tratadas de desigual modo. Contudo, o executivo camarário continuava a agir de igual modo e a ter a mesma postura incorreta. Salientou o facto de estarem a trabalhar para o mesmo concelho e solicitou à autarca para não esquecer as restantes freguesias, além das suas três preferidas. De qualquer modo, quis agradecer o tardio pagamento e dar ali conhecimento à Assembleia Municipal da forma como têm sido tratados. -----

O Presidente da mesa anunciou aos presentes que tinham dado entrada duas propostas. Deu a palavra aos proponentes. -----

Proposta - PS (João Meira)

“O grupo municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Portalegre apresenta nesta sessão ordinária uma proposta para a definição de uma estratégia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

de valorização turística da região que compreende o denominado “Triângulo Turístico de São Mamede”, mas assegurando que a mesma não se circunscreva aos limites geográficos do Parque Natural da Serra de São Mamede. A proposta que agora se apresenta resulta de uma reivindicação e de um apelo deixado pelas respetivas concelhias da Juventude Socialista que lançaram o périplo “Triângulo Turístico de São Mamede: do passado para uma oportunidade de futuro”, no passado dia 14 de julho de 2018, percorrendo símbolos do património cultural, histórico, natural e religioso que marcam estes três concelhos. A iniciativa foi marcada ainda pela participação de personalidades preponderantes na reflexão e discussão turística da região de São Mamede que nos permitem fundamentar a presente proposta. Entre elas, destaca-se a reunião que decorreu com o Presidente da Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, Dr. António Ceia da Silva e da participação do consultor turístico Jorge Velez, da Diretora da Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre, Dra. Maria Conceição Grilo e da Coordenadora da licenciatura de Turismo da ESECS do IPP, Professora doutora Elisabete Rodrigues, numa mesa redonda subordinada ao mesmo tema.

No rescaldo desta iniciativa, vem agora esta Assembleia Municipal desafiar o executivo camarário para a definição de uma estratégia agregada e supramunicipal, numa primeira fase, estabelecida entre os concelhos de Portalegre, Castelo de Vide e Marvão, que em 1929 figuravam a primeira referência ao “Triângulo de São Mamede”, segundo sabemos numa publicação da Fundação Robinson/Caleidoscópio, da autoria do portalegrense, Professor Doutor António Ventura.

A referida estratégia é defendida por todas as personalidades que atrás mencionámos e a mesma deve fundamentar-se na organização e programação estruturada de eventos e objetivos culturais entre os concelhos referidos, na estruturação do produto turístico que permita um aumento da escala no nº de dormidas e conseqüentemente, uma maior taxa de permanência média dos nossos turistas, assim como, na articulação da oferta profissional e educativa para o setor e na articulação empresarial dos investimentos presentes e futuros. No nosso entendimento deverão os municípios procurar que esta região demarcada seja promovida através da marca internacionalmente reconhecida e com um peso crescente para a economia nacional – a Marca ALENTEJO. Por forma a assegurarmos o aumento da escala e da taxa de permanência média dos nossos turistas, a estratégia tripartida deverá extravasar os limites geográficos do “Triângulo” e do ponto de vista institucional, conjugar-se com a importância turística do bairro judeu de Valência de Alcântara, com a Coudelaria de Alter Real e a arte equestre em Alter do Chão, com a olaria, o Mosteiro de Flôr da Rosa e o passado histórico deixado pela Ordem de Malta, no concelho do Crato, assim como, através da articulação e valorização do barro e do bordado em Nisa, das pinturas rupestres em Arronches e das ruínas romanas da Torre de Palma, em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Monforte.

A partir da plataforma do Turismo de Portugal SIGTUR é possível identificar, presentemente, a existência de 3.261 camas ao longo da região anteriormente definida, ainda que mais de 70% (2.309 camas) desta oferta esteja concentrada no tradicional “Triângulo”. A prioridade de definir uma estratégia turística supramunicipal para a região é ainda reforçada por um conjunto de investimentos que permitirão no curto/médio prazo aumentar significativamente a oferta, de que são exemplos, os dois novos hotéis projetados para Castelo de Vide, o projeto das Quintas da Serra de Marvão – 7Quintas, o futuro hotel da Coudelaria de Alter Real e o concurso de concessão do Convento de São Francisco, em Portalegre, lançado pelo atual Governo da República, ao abrigo do programa REVIVE. Também na esfera da organização e definição de produto turístico, recomendamos ao executivo municipal um olhar atento sobre a associação empresarial “Lugares da Serra Alentejana” que reunirá cerca de 16 empresários ligados à operação turística.

De acordo com o estudo “Caracterização da Procura Turística – Alentejo” (2013) e um estudo de 2016 da Comissão Europeia, o perfil do turista do Alentejo aproxima-se bastante do perfil do turista na Europa, o que nos permite identificar através das suas principais motivações turísticas (1 - Descanso; 2 - Património e Museus; 3- Experiências gastronómicas e 4 - Património Natural) um manifesto potencial de crescimento para esta estratégia que propomos, dadas as condições propícias da região para a concretização das referidas motivações. Por fim, a estratégia que propomos deve ser devidamente estudada do ponto de vista técnico, através da identificação de um roteiro/itinerário turístico que possa ser transformado num produto turístico, para o qual esta Assembleia Municipal considera imprescindível a revisão dos horários dos museus e monumentos da região, assegurando que os mesmos não encerrem nas segundas feiras e, principalmente, nos feriados.

Numa altura em que os Presidentes de Câmara de Portalegre, Castelo de Vide e Marvão visitaram as Câmaras Portuguesas do Comércio e da Indústria, em São Paulo e no Rio de Janeiro, e fizeram questão de evocarem permanentemente, nas redes sociais, o “Triângulo Turístico de São Mamede”, considera esta Assembleia Municipal que a proposta que apresenta deverá ser devidamente enquadrada e executada pelo executivo camarário.”

No uso da palavra, Luís Carvalho, relativamente à proposta do PS, disse que, independentemente daquilo que os dividia, era importante partilhar ideias, experiências e soluções, que suportassem um debate construtivo, contribuindo para o futuro de Portalegre. Todos sabiam que o setor turístico era uma das dimensões críticas para o desenvolvimento do Parque Natural da Serra de S. Mamede e do concelho e a questão do triângulo turístico era uma questão já de há muitos anos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Constava do programa eleitoral da CLIP e era uma das dimensões privilegiadas, em termos de estratégia, para Portalegre.

Perguntou ao executivo municipal qual era a política municipal de desenvolvimento Turístico, que iniciativas, ações, projetos estão em curso para aproveitar e potenciar o Parque, até que ponto se complementam e estão integradas numa estratégia multidimensional? Estava em construção no âmbito do denominado “Programa Operacional do Turismo de Portalegre”, apontado recorrentemente pelo Vereador com o Pelouro no seu Relatório de Atividades? Quais as entidades envolvidas? De que modo a Assembleia Municipal poderia participar? Até que ponto aquele tipo de investimentos não seria conflituante com outros projetos e ações? Por exemplo, numa altura em que, ao que parece, está em preparação a candidatura a Reserva Mundial da Biosfera, que está a ser reconduzido o Programa de Ordenamento do Parque Natural, em que emergem com maior significado a conservação da natureza e da biodiversidade, não podem ser inviabilizados alguns desses potenciais investimentos?

Diogo Júlio quis relembrar que, naquela Assembleia, tinham a comissão de economia e que, possivelmente, seria boa altura de a por a funcionar, no sentido de poder harmonizar aquele assunto e se haveria, ou não, conflitualidade e, obviamente, encontrar a melhor forma para elaborar propostas e sugestões à Câmara Municipal, na expectativa de envolver o concelho. Saudou a iniciativa.-----

Proposta - PS (Miquel Monteiro)

“Em virtude da intervenção realizada pelo Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Portalegre na 4.ª sessão ordinária desta Assembleia, ocorrida no dia 29 de junho de 2018, relativamente à discussão do ponto 4 sobre a 1ª Declaração de compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso, o Grupo Municipal do PS vem agora entregar uma proposta formal, na sequência de algum desinteresse manifestado pela Sra. Presidente de Câmara face à sugestão deixada nessa sessão.

O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Portalegre propõe ao executivo da Câmara Municipal de Portalegre que proceda à transferência dos montantes totais mencionados na Declaração Agregada de Recebimentos em atraso existentes em 31/12/2017 aos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre para a empresa municipal em causa.

Os montantes que propomos que sejam transferidos dizem respeito a recebimentos em atraso de associações, coletividades e instituições de solidariedade social, com sede no concelho de Portalegre, que desenvolvem um trabalho de interesse municipal, de âmbito cultural, desportivo e social, que é na sua atuação do interesse dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

portalegrenses, como os Bombeiros Voluntários de Portalegre, Santa Casa da Misericórdia de Portalegre, Centro de Bem Estar Social de Reguengo, Sociedade Musical Euterpe, Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, Club Desportivo Portalegrense – 1925, Associação Tertúlia da Alagoa, entre outras.

Mais propomos que seja analisada a listagem apresentada para que possam ser cobrados os respetivos recebimentos em atrasos às restantes entidades, à exceção daquelas que anteriormente referimos e com especial atenção para instituições já extintas, como é o caso do Teatro “O Semeador”, do Grupo Desportivo Portalegrense, entre outras.

Este Grupo Municipal não compreende, nem aceita que entidades que levam o bom nome de Portalegre fora de portas, desenvolvem a formação e a atividade física da nossa população e asseguram a continuidade das tradições e dos costumes das nossas gentes sejam apresentadas como “devedoras”, invertendo-se os papéis e as responsabilidades que são da Câmara Municipal de Portalegre e não destas organizações sem fins lucrativos.

Em suma, a nossa proposta pretende assegurar que as referidas organizações não sejam duplamente prejudicadas, uma vez que ao longo dos últimos anos não têm recebido o devido apoio à sua atividade, por via de subsídios e, em alguns casos, logisticamente, e ao estar-lhes agora a exigir o pagamento de dívidas em atraso relacionadas, na maioria dos casos, com deslocações e representações fora do concelho, seria uma ausência de resposta às responsabilidades municipais para com estas entidades.”

Proposta - PS (Miguel Monteiro)

“O grupo municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Portalegre apresenta, na 4.^a sessão ordinária desta assembleia, uma proposta de alteração toponímica para a convencionada “rotunda do Navio”, sito na interseção entre a Av. do Brasil, a Av. Movimento das Forças Armadas, a Av. do Bonfim e a Rua Alexandre Herculano, para que daqui em diante a mesma seja designada de “Praça Mário Soares – Fundador da Democracia”. Mário Alberto Nobre Lopes Soares nasceu em Lisboa, a 7 de dezembro de 1924 e desde cedo se afirmou um revolucionário contra o regime fascista e ditatorial do Estado Novo, assumindo durante os anos que cursou Ciências Histórico-Filosóficas e Direito, na Universidade de Lisboa, um papel fundamental nas revoltas estudantis que colocaram em causa o poder totalitário instituído, tendo inclusivamente sido secretário da Comissão Central da candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República, em 1949, e membro da comissão de honra da candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República, em 1958.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Envolvido nas principais lutas pela democratização do país, Mário Soares viria a ser preso pela polícia política – a PIDE – mais de 12 vezes, tendo recebido no Aljube, em Caxias e na Penitenciária de Lisboa as torturas e ameaças políticas mais horrendas da nossa história recente. Acabaria por casar na prisão e por ser deportado para São Tomé e Príncipe e exilado em França, onde permaneceu até à Revolução do 25 de Abril de 1974, tendo sido um dos principais fundadores de um partido político, esteio da implantação e consolidação do regime democrático no nosso país.

Concretizada a Revolução dos Capitães de Abril, Mário Soares tornou-se num dos principais rostos da democratização de Portugal, sendo o principal responsável por levar as máximas da Liberdade, da Tolerância, da Democracia e da Fraternidade a várias regiões de Portugal, entre as quais, Portalegre, onde Mário Soares foi recebido no Rossio, naquela que ficou para a história como a maior mobilização popular que a nossa cidade e nosso distrito alguma vez viram.

Torna-se, o primeiro democraticamente eleito, Primeiro-Ministro de Portugal, entre 1976 e 1978, voltando a exercer o cargo entre 1983 e 1985. Para a história ficou conhecido como o principal impulsionador da entrada de Portugal, em 1986, nas então Comunidades Económicas Europeias (CEE), hoje, União Europeia, tendo, por isso, sido o responsável por um dos processos de integração regional que mais revolucionou Portugal.

Exerceu o maior cargo da democracia, como Presidente da República, entre 1986 e 1996 e foi durante o seu primeiro mandato que Portalegre e o Alto Alentejo voltaram a ter um lugar de destaque, pela segunda vez, através da sua participação.

Portalegre foi o lugar escolhido para a 6ª Presidência Aberta, que se sedeu na cidade e levou o Presidente da República a percorrer o distrito, entre 12 e 19 de março de 1989. Pelas mãos de Mário Soares, Portalegre ficou na história como uma das 9 cidades ou regiões escolhidas pelo Presidente da República para as suas Presidências Abertas.

No dia da sua chegada a Portalegre, Mário Soares foi recibo por uma multidão de portalegrenses, que unanimemente agradeceram e enaltecem a presença do Presidente da República, durante uma semana de trabalho, na nossa cidade. Foi durante esta Presidência Aberta em Portalegre que Mário Soares deu especial importância à Educação para a capital de distrito e para todo o Alto Alentejo, tendo exercido, por essa via, um contributo positivamente decisivo para a chegada do Ensino Superior a Portalegre, através da entrada em funcionamento da primeira comissão instaladora do Instituto Politécnico de Portalegre em 1989, desbloqueando questões administrativas que atrasavam o processo desde a criação do IPP, em 1980.

Durante esta Presidência Aberta recebeu ainda a Medalha de Ouro da cidade de Portalegre pelo então Presidente da Câmara e em jeito de rescaldo pela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

passagem por Portalegre, Mário Soares confessou aos microfones da RTP 1: “o meu objetivo era chamar a atenção para os problemas do distrito, através dos diversos ministros que me acompanharam durante estes dias, fazer o inventário desses problemas para que eles, num lapso de tempo curto possam vir a ser resolvidos”.

Mário Soares faleceu a 7 de janeiro de 2017, em Lisboa, e perante este acontecimento, o Governo decretou o primeiro funeral de Estado da democracia, assim como, 3 dias de luto nacional.

Não tendo, à época, o Município de Portalegre evocado o respeito, a dedicação e o carinho que Mário Soares empregou a Portalegre e a todos os portalegrenses, vem agora, a Assembleia Municipal de Portalegre propor que o executivo camarário concretize os procedimentos administrativos necessários para a alteração toponímica da referida “rotunda do Navio” e proceda à construção de um monumento simbólico, a colocar na referida rotunda, que evoque Mário Soares, através da participação dos artistas plásticos, pintores e escultores do concelho, numa verdadeira envolvência da comunidade neste momento simbólico.

Por fim, propomos que a referida alteração toponímica e o monumento em causa, dado o simbolismo da data, sejam inaugurados a 7 de janeiro de 2019, altura em que se assinalam dois anos sobre a morte de Mário Soares, porque homenagear Mário Soares é homenagear a democracia.”

Cristiana Camejo disse que a alteração ao nome até poderia ser feita mas, porque não, chamar somente “Praça Mário Soares”, em vez de “Praça Mário Soares-Fundador da democracia?

Se era verdade que Mário Soares teve um papel importante na democracia portuguesa, também havia muitas outras formas, menos positivas, de o recordar:

- Mário Soares deixou um milhão de portugueses sem ponte aérea, nas colónias, em 1975;
 - Em 1974 disse à Der Spiegel: “Em caso de emergência, atiramos sobre os colonos brancos”;
 - Em 1973, no Brasil, disse que só havia uma solução para os portugueses ultramarinos: atirá-los aos tubarões;
 - Enquanto foi primeiro ministro, tivemos duas intervenções do Fundo Monetário Internacional (1977 e 1983);
 - A sua fundação recebeu um milhão, trezentos e trinta mil euros do Estado e ficou isenta do pagamento de duzentos e vinte mil euros de impostos ao património;
 - Em 1973 participou numa manifestação, em Londres, contra a visita de Marcelo Caetano, onde foram queimados vários exemplares da bandeira nacional.
- Perguntou se era aquilo que também queriam recordar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote, relativamente àquela intervenção da bancada do PSD, disse que uma coisa era criticar-se o que foi feito em democracia, depois de se ter derrotado o fascismo, outra coisa era adotar uma conversa do antigo regime, uma conversa salazarista. Era perfeitamente vergonhoso ir-se ali defender o Marcelo Caetano, na casa da democracia.

A CDU estava de acordo com a proposta apresentada, embora achassem a mesma exagerada, ao defender-se o epíteto de “Fundador da democracia portuguesa”.

Se assim fosse, poderiam fazer igualmente uma Praça Sá Carneiro e outra Praça Álvaro Cunhal e todos eles seriam fundadores da democracia portuguesa.

Salientou que tinha sido do contributo daqueles três homens e das suas forças políticas que, certamente, resultou a democracia que todos ali tinham.-----

Miguel Monteiro disse que o Grupo Municipal do PS, relativamente a certas atitudes, consideravam-nas como sendo uma torpe injúria, praticadas sobre o nome de Mário Soares e não iriam tecer qualquer comentário à intervenção do membro do PSD, por respeito à democracia e à memória de Mário Soares.-----

Luís Carvalho disse que fazia suas as palavras do membro Hugo Capote, no que respeita à posição crítica sobre a intervenção da deputada municipal Cristiana Camejo centrada no papel do D. Mário Soares para a Democracia portuguesa. Acrescentou que a CLIP tinha uma contra proposta que lhes parecia realçar mais o papel de Mário Soares na democracia e que tinha a ver com a localização da estátua e da respetiva Praça. Uma vez que estava para breve a requalificação da estrada do Bonfim, a qual iria contemplar uma rotunda junto à Escola Mouzinho da Silveira, e sendo Mário Soares um dos principais impulsionadores do ensino secundário e do alargamento da escolaridade obrigatória, em Portugal, parecia-lhes fazer todo o sentido que aquela Praça se passasse a chamar “Praça Mário Soares”.-----

Cristiana Camejo salientou que a sua intervenção foi mal interpretada e a própria já tinha admitido que se chama-se “Praça Mário Soares” e que se retirasse a parte “fundador da democracia”. Nunca disse que não se fizesse a homenagem.-----

Miguel Monteiro agradeceu as propostas ali feitas e esclareceu que a proposta relativa à “Praça Mário Soares – fundador da democracia” apenas se chamaria Mário Soares, o que teria escrito por baixo, como era normal, seria a alusão a “Fundador da democracia”. Mais disse que, claramente, o PS veria com bons olhos o facto de noutras artérias e/ou praças da cidade se multiplicassem o nome de figuras marcantes na implantação do regime democrático, do qual muito se orgulhava.

Quanto ao proposto pela bancada da CLIP, referiu que o PS defenderia a proposta apresentada pelo seu Grupo Municipal, bem como a localização apresentada, sendo que a última palavra seria, obviamente, da Comissão de Toponímia.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Diogo Júlio achava bem que se homenageassem todos os construtores do regime democrático. No entanto, não lhe parecia ser a melhor forma de unir todos à volta da figura e da Praça. Concordava com a legenda por baixo do nome e com o local, embora gostasse mais que à Praça do Navio fosse trocado o nome para “Praça João Transmontano” ou “Praça Elisa Cassola” ou “Praça Piedade Murta”, pois foram pessoas que deram à dimensão do nosso território a mesma força e entusiasmo que as figuras nacionais deram no todo nacional.-----

João Realinho disse que o que estava ali em causa não era Mário Soares - “O fundador da democracia”. Mário Soares foi o fundador. Havia outros à semelhança dele, conforme tinham referido outros membros. Mas, não restavam equívocos em torno daquele artigo.-----

Luís Carvalho disse que no local a que chamavam “Rotunda do Navio” estava, atualmente, o monumento do “abraço entre povos”, que tinha a ver com a Triurbir e existia também um em Cáceres e Placência. Assim dada a existência e importância simbólica desse Monumento no local, perspetivando-se a existência de um novo espaço, numa entrada nobre da cidade, faria mais sentido que aí fosse instalado.

Maria do Rosário Narciso pediu para ler um documento acerca da Robinson: “Criada em 2005, pela Câmara Municipal de Portalegre, pela Sociedade Corticeira Robinson, a Fundação Robinson tem por fim a preservação do espólio arqueológico e industrial da Sociedade Corticeira Robinson. No entanto, este património material e imaterial, que é pertença sentimental de todos os portalegrenses, tem ao longo desde treze anos sido pouco protegido pelos que têm gerido as verbas a esse fim destinadas.

Com o debate organizado pelo PEV e com a petição encabeçada por Luís Pargana, surgiram projetos de resolução apresentados pelos partidos e saiu uma recomendação ao Governo para salvaguardar e valorizar aquele património.

Desde essa data até hoje vimos ser nomeados um novo Conselho de Administração, novos curadores e temos visto a Fábrica da Rolha a abrir ao público com diversas iniciativas, que muito nos orgulham, como cidadãos desta urbe.

Ainda assim, é entender dos Verdes, enquanto elementos da CDU, que para que esta janela de esperança não se feche devemos, antes que o Inverno nos bata à porta, começar a intervir sobre o património edificado, porque esta Robinson Portalegrense, que celebra agora os seus 170 anos, tem estado numa longa Hibernação e é hora de acordar.”.

Mais salientou que se não agissem rapidamente o património que já estava muito danificado, dentro de pouco tempo ficaria todo no chão, restando somente as fotografias e vídeos como memórias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Em conclusão, solicitou que, no próximo orçamento camarário, tivesse uma previsão de fundos para se começar a trabalhar na reconstrução de certas partes da fábrica e na preservação do que lá estava edificado. -----

Miguel Monteiro perguntou À Presidente da Câmara quem é que tinha pago a viagem ao Brasil para, supostamente, promover o triângulo turístico.

Lamentou ainda o que tinha sido referido no passado dia vinte e três de fevereiro pela Presidente da Câmara, ali naquela Assembleia Municipal, quando o próprio a questionou acerca da entrega da declaração de rendimentos da mesma, ao que foi respondido o seguinte: “Efetivamente houve um atraso, mas a situação já se encontrava regularizada!”.

No entanto, qual não foi a surpresa quando num artigo publicado na revista “Sábado”, no passado dia vinte e três de agosto, se verificou que, afinal de contas, a Presidente da Câmara não tinha regularizado a sua situação no Tribunal Constitucional.

Posto aquilo, salientou o facto de a Presidente ter ali mentido a todos os membros daquela Assembleia Municipal e a todos os portalegrenses.

O grupo municipal do PS lamenta a atitude, independentemente de agora, em virtude de um artigo que saiu na revista, a Presidente já ter a situação regularizada.-----

Luís Carvalho, relativamente ao congresso “Melhor Alentejo”, disse que gostariam de se congratular com a realização do evento em Portalegre e felicitou o executivo e os funcionários da autarquia que contribuíram para a qualidade organizativa do mesmo. Em segundo lugar felicitou a Presidente da Câmara pelo discurso assertivo e objetivo que realizou na abertura do evento, enfatizando quais eram as dimensões de desenvolvimento que preconizavam para Portalegre, para assumir o seu papel enquanto capital de distrito e, sobretudo, pelo papel firme e liderante quando reivindicou aqueles que eram os projetos mais estruturantes, em que todos, com toda a certeza, se reviam, para o desenvolvimento do Alto Alentejo.

Por outro lado, manifestou profunda indignação e incompreensão com a atitude e o discurso dos ministros que estiveram presentes naquela mesma sala. Na sua opinião havia um problema comunicacional, da parte de todos, onde o próprio se incluía, pois nem a mensagem nem os mensageiros estavam a cumprir com aquilo que deviam, que era chegar a quem decide e chegar com aquelas propostas e reivindicações junto do Ministro do Ambiente. Salientou que era incompreensível que o Ministro tivesse ali dito, perentoriamente, que a Barragem do Pisão não tinha racionalidade económica, se fosse apenas para sustentar a questão do abastecimento de água; que era necessário reunir os autarcas da região para perceber se, efetivamente, a barragem seria um investimento prioritário para a região. Desde logo, a sua perplexidade e a da CLIP tinha a ver com as diversas propostas e moções apresentadas, com contributos técnicos e fundamentação adequada, nos diversos processos de consulta pública, dos últimos tempos, quer no âmbito da alteração do PNPT, quer no programa nacional



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

de investimentos de 2030, em que enfatizaram a prioridade que todos reconheciam na construção da Barragem do pisão.

Referiu inclusive que as entidades sob a alçada do Ministério não estavam a passar devidamente a mensagem ao decisor e, portanto, todos tinham ali um longo caminho a percorrer. Aparentemente as diligências feitas junto da Administração Central não estavam a resultar.

Em conclusão, disse que o grupo municipal da CLIP demonstrava ali total disponibilidade para continuarem todos empenhados e ativos, fosse do ponto de vista político ou do ponto de vista técnico, a continuar a assumir a Barragem do Pisão como elemento estruturante para o desenvolvimento de toda a região.-----

Jaime Fitas perguntou à Presidente da Câmara para quando estava previsto o início da construção da estrada Urra/Assumar e a situação das obras previstas para o encerramento das cubas do lixo. Também questionou a mesma acerca da data prevista para os sapadores poderem trabalhar na freguesia da Urra. -----

Hugo Capote, quanto à pergunta feita anteriormente sobre a ida ao Brasil, quis pedir à Presidente da Câmara que lhes explicasse acerca da exoneração do Vice-presidente e nomeação de um outro Vice-presidente, durante o tempo em que esteve fora.-----

A Presidente da Câmara cumprimentou os presentes e começou por dar os parabéns aos jovens que tiveram a iniciativa de apresentar aquela moção relativa ao Triângulo Turístico. Salientou que estava a ser desenvolvida, há mais de um ano, uma associação que tinha como base o Parque Natural da Serra de S. Mamede, a qual agrupava Castelo de Vide, Marvão, Portalegre e Arronches. Aquela associação, no caso de Portalegre, ainda não avançou porque tinham alguns assuntos por resolver e pelo facto de não se poder iniciar a mesma sem terem feito com que a outra tivesse desaparecido, uma vez que também tinham objetivos muito semelhantes. A associação em causa não tinha só como objetivo a parte turística, tinha também a parte cultural e patrimonial, bem como a vertente ligada à natureza e à biodiversidade. Acrescentou que a proposta era bem-vinda e, possivelmente, poderia até melhorar a já existente. No entanto, existia a questão jurídica ainda por resolver. Acrescentou que a outra proposta apresentada também era vista com bons olhos. Seria alvo de análise na Comissão de Toponímia e iria também à reunião do executivo camarário.

Relativamente ao apelo colocado sobre a Fundação Robinson, referiu que existia uma candidatura de cerca de quatrocentos mil euros, para efetuar uma intervenção na mesma e teriam de avançar com o projeto e tentar operacionalizar a candidatura.

Quanto á questão da ida ao Brasil, disse que foram em representação da Câmara e quem tinha pago a viagem e a estadia tinha sido a Câmara Municipal de Portalegre. As refeições foram os próprios que pagaram.

Quanto à questão da obra na estrada entre a Freguesia de Urra e Assumar, informou que faltava apenas assinar a consignação. A fase do concurso estava adjudicada e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

obra iria dar início o mais rápido possível. Relativamente ao encerramento das cubas, teriam de analisar a situação. Quanto aos sapadores, disse que atualmente estavam a fazer serviço público, uma vez que durante seis meses estavam sob alçada da Câmara e os outros seis sob alçada do CDOS.

Por último, disse que, estando o vice-presidente fora do país, e para que houvesse legitimidade por parte do Vereador Nuno Lacão, fez um despacho no sentido de ser nomeado durante aquele tempo. -----

Miguel Monteiro pediu à mesa que diligenciasse junto dos serviços camarários, no sentido de ser facultado a todos os membros da Assembleia Municipal os comprovativos dos pagamentos efetuados pelo Município de Portalegre, na efetivação daquela viagem ao Brasil.-----

Henrique Santinho disse que continuava a aguardar que a Presidente da Câmara lhe explicasse o atraso nos pagamentos à Junta dos Fortios.-----

A Presidente da Câmara pediu desculpa pela falha e lembrou que, para ser possível o pagamento às juntas, os Presidentes das mesmas tinham de fazer relatórios trimestrais e enviá-los ao município.

Acrescentou que faria chegar os comprovativos dos gastos na ida ao Brasil, bem como um relatório daquilo que foi a atividade junto dos empresários e da Federação de Comércio de Portugal no Brasil.-----

O Vereador Luís Pargana, relativamente ao problema das cubas na Freguesia de Urra disse que, efetivamente, as duas freguesias rurais que tinham um maior atraso na resolução da questão e que tinha a ver com a vedação daqueles equipamentos era Urra e Alagoa, em que foi encontrada uma solução: passaria a junta a fazer o controlo do espaço vedado e o transporte e despejo das cubas seria da responsabilidade da Valnor. Quanto à execução dos trabalhos, disse não ser o próprio a decidir e que teria de colocar a questão ao executivo camarário.-----

Luís Carvalho disse que a CLIP tinha formalizado uma participação, no período de consulta pública, do programa nacional de investimentos 2030, onde iriam ser definidos os investimentos estratégicos para o país, na próxima década. Como a consulta e o programa se cingiam a investimentos superiores a 75 milhões de euros e a 4 domínios temáticos (rodovia, ferrovia, ambiente e energia), apenas foram contemplados 4 projetos no documento submetido (Empreendimento de Fins Múltiplos do Pisão – subdomínio das alterações climáticas; Conclusão do IC13 e modernização do IP2 – subdomínio da rodovia; eletrificação e modernização da linha do Leste – subdomínio da ferrovia; Programa Integrado do Parque Natural da Serra de São Mamede – subdomínio da conservação da natureza e biodiversidade), muito suportado nas diversas Moções que a CLIP apresentou em sede da Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Municipal de Portalegre. Apontou ainda que, infelizmente, ao contrário do sugerido, e bem pelo Presidente da Assembleia, não foi possível trabalhar em conjunto com os restantes Grupos Municipais, esperando contudo que os mesmos tenham apresentado contributos e tenham igualmente formalizado uma participação.

Portanto, a CLIP demonstrou, uma vez mais, ter ali um papel importante na defesa das causas e dos vários projetos impactantes para a região do Alto Alentejo.-----

ORDEM DO DIA:

1 – Informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

A Presidente da Câmara realçou alguns aspetos que considerou mais importantes, entre os quais um muito relevante para a cidade e que era a proposta de protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal, o Ministério da Administração Interna e a GNR, o qual abria a porta para a construção da tão desejada Escola da Guarda, em Portalegre. Ainda não estava naquele relatório, uma vez que estava sob a forma de uma proposta de protocolo de colaboração. Destacou ainda a realização do congresso “Melhor Alentejo”, que tinha reunido um conjunto de personalidades e tinha corrido da melhor forma. No entanto, não tiveram as notícias que gostariam, quanto à construção da Barragem do Pisão. Teriam de continuar a trabalhar para que as mesmas se concretizassem. Referiu que já se tinham iniciado as obras no Museu das Tapeçarias. Saliu a assinatura da minuta de contrato de requalificação da Estrada do Bonfim e também iria dar-se início à segunda fase de reabilitação das casas de habitação social nos Assentos. A questão dos Imprevistos Culturais tinha sido um sucesso. A construção da estrada entre a Urra e o Assumar estava também a ter início e também já existia um relatório preliminar para a reparação da cobertura de Santo Agostinho e das fachadas e tecto do edifício da Câmara. Falou, inclusive, na requalificação da Escola Básica de Alegrete e a remodelação do parque infantil do Atalaião. Por último, referiu que já se tinha iniciado o projeto para reabilitação da antiga Câmara Municipal, junto à Sé.-----

Diogo Júlio agradeceu a explicação dada pela Presidente, dado que naquele relatório só tinham o índice. Saudou a importância dada ao congresso “Melhor Alentejo”, uma vez que eram de registar dois pontos importantes: abençoada região que, em quarenta e nove dias conseguiu reunir dois congressos, com um conjunto de comunicações e individualidades de qualidade. Em segundo lugar destacou a evolução do PS, por terem terminado a birra e esteve presente no congresso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Por outro lado, menos positivo, destacou que tinham cá trazido Ministros mas o ganho foi o mesmo, porque defraudaram as expectativas de todos. Concluiu, afirmando que seria bom manterem-se na luta, pois só assim não seriam vencidos -----

João Meira, em nome do grupo municipal do PS, pediu esclarecimentos acerca do referido na página oito, onde referia que tinha sido realizada uma reunião preparatória do conselho municipal de juventude. Pretendeu saber o caráter da mesma e os participantes, uma vez que boa parte dos membros, de pleno direito, não tinham sido convocados. Acrescentou que já em janeiro deste ano tinha existido o pedido de nomeação dos representantes do CMJ, junto das instituições que o iriam integrar e, em fevereiro, tinham nomeado os elementos dos grupos municipais para o Conselho Municipal de Juventude mas, passados nove meses, continuavam sem novidades. Destacou, inclusive, o papel consultivo que o Conselho deveria ter, quer na definição das políticas de juventude, quer na definição das políticas de juventude, que na garantia de dar voz às juventudes partidárias, que à comunidade jovem que tinha todo o direito de ser ouvida pelo município, embora não tenha o fórum para tal.

Realçou ainda o desemprego dos jovens qualificados, no qual poderia haver mais propostas por parte do órgão consultivo.

Posto aquilo, perguntou para quando o Conselho Municipal de Juventude e qual o receio de ouvir a intervenção e opinião dos jovens do concelho.

Solicitou ainda esclarecimento acerca dos autocarros que passaram a circular junto à Escola Secundária de São Lourenço (carreira treze), o qual estava concretizado, mas porque é que a mesma apenas fornecia o Bairro dos Assentos e excluía daquele percurso a comunidade educativa que vivia no Atalaião e no Bairro da Abrunheira se efetivamente estava a ser pensado o alargamento daquela carreira. -----

Marco Antunes disse à Presidente da Câmara que aquele relatório era demasiado extenso e que devia ser mais alinhado com as opções políticas e estratégicas e, ainda, com o seguimento das mesmas. Na sua opinião, o relatório tinha demasiada atividade corrente e não conseguia ver o alinhamento entre a mesma e os onze grandes eixos estratégicos lá descritos. Mais disse que o relatório dos SMAT parecia-lhe, de todos, o mais sintético e o mais fácil de perceber. Seria interessante perceber quanto tempo é que decorria entre a notificação feita aos serviços até a situação ficar resolvida, em termos de indicadores. -----

Raúl Cordeiro disse que as questões acerca da forma do relatório eram insanáveis e cada vez mais membros percebiam tal facto.

Certas atividades, de natureza estratégica, deveriam ter mais atenção na forma como eram colocadas. Por exemplo, quanto ao Congresso “Melhor Alentejo”, não concordava com a forma como estava relatado, porque a Câmara, no seu próprio relatório, tinha tomado uma posição crítica sobre as pessoas que teve como convidadas na sua própria casa. Não estava em questão o que os Ministros disseram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ou tinham deixado de dizer; pois a Câmara tinha que ter o papel de mensageiro. Já todos tinham percebido que a questão da barragem do Pisão tinha uma multidimensionalidade, mas todos tinham de lutar por ela.

Em segundo lugar, gostaria de ter uma informação mais pormenorizada sobre os resultados da viagem ao Brasil. -----

Hugo Capote solicitou à Presidente da Câmara para que deixasse de fazer aqueles preâmbulos no relatório e que não agradecesse as sugestões feitas pelos grupos partidários porque, na verdade, sempre ali foram feitas sugestões e nunca foram aceites. -----

A Presidente da Câmara, relativamente ao Conselho da Juventude, informou que aquela reunião preparatória tinha sido interna e estava marcada uma outra para dia quinze de outubro.

Quanto aos autocarros escolares, não conseguia ali responder à questão, uma vez que tinha de saber o que os técnicos tinham preconizado sobre o assunto.

Relativamente à ida ao Brasil, lembrou que tinham ido a convite da Federação das Câmaras do Comércio de Portugal, e a mesma não teria sido feita se não tivesse objetivos muito concretos. Foi porque tinha sentido que as coisas estavam organizadas. Saliu que iria elaborar um relatório intensivo para dar a conhecer o que se tinha concretizado, na realidade. -----

2 – Ata n.º 9, relativa à reunião da Assembleia Municipal realizada em 29 de junho de 2018;

Hugo Capote disse que na página seis da ata, numa intervenção sua, onde se lia “...férias escolares” deveria ler-se “...aulas escolares”. -----

3 – Relatório de contas consolidado de 2017;

- Deliberação da CMP de 13.06.2018 –

A Presidente da Câmara realçou que, naquela consolidação, existia uma ênfase igual à já existente no outro relatório e tinha a ver com a assunção da dívida à Caixa geral de Depósitos. Aparecia, inclusivamente, a questão do Mercado Municipal, a qual passou para a Câmara e que já estava consolidada. -----

Miguel Monteiro lembrou que aquele ponto tinha sido retirado na sessão anterior, pois tinha aparecido ali amputado de algo que era essencial entender e que era a declaração de voto do Vereador Correia da Luz. Naquele sentido, não tinham muito a dizer quanto ao resultado das contas consolidadas, mas, esperavam que erros como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

aquele não voltassem a acontecer no futuro. No entanto, até o próprio executivo já tinha sido truncado de um vereador, a tempo inteiro. -----

4 – Plano intermunicipal para a igualdade de género do Alto Alentejo Este;

- Deliberação da CMP de 22.08.2018 -

A Presidente da Câmara referiu que tinha sido convidada para estar numa comissão, na Assembleia da República, onde se iria discutir a questão. Contudo, por lei, a igualdade de género teria de ser assumida e deveria ser algo intrínseco a todos. -----

Hugo Capote perguntou à Presidente da Câmara de onde tinha surgido aquele “Alto Alentejo Este”. Ao ter lido o documento, não conseguia perceber a invenção daquela denominação. Mais perguntou se a mesma concordava com aquele documento, nomeadamente com o plano de ação, visto que uma das datas de comemoração (catorze de fevereiro) coincidia com o dia dos namorados.-----

A Presidente disse que não tinha associado a data ao dia dos namorados. No entanto, o que interessava era o resto e a questão da designação Este tinha a ver com os concelhos que se tinham agrupado para o apoio à vítima. Não havia qualquer tipo de divisão, relativamente ao assunto em causa. -----

António Carreiras, relativamente ao triângulo turístico ser importante para que os municípios se juntassem, disse que aquela proposta acrescentava mais ao que já existia e fazia todo o sentido. Realçou que o distrito tinha pouca gente e poucas iniciativas. Lembrou que já há largos anos se falava na Barragem do Pisão e no IC13, como fatores de desenvolvimento. Contudo, o IC 13 ficou mal feito e gastou-se demasiado dinheiro. Perguntou se a construção da Barragem do Pisão seria, realmente, para o desenvolvimento da agricultura. Que agricultura? Era preciso refletir, muito seriamente, naquele assunto. -----

5 – Proposta do Grupo Municipal do PS – SMAT/Recebimentos em atraso;

João Meira, quanto àquele ponto, salientou que a posição do PS era propor a transferência das verbas associadas aos recebimentos em atraso, de associações, coletividades e IPSS, pois eram apresentadas numa listagem de devedores, quase como se de criminosos se tratassem. Propunham, inclusive, que os restantes recebimentos em atraso fossem cobrados e que a listagem fosse revista, porque algumas das entidades que eram enumeradas já estavam extintas. Consideravam ainda que aquelas entidades levavam o nome de Portalegre lá fora e, claramente, não consideravam justo as mesmas serem prejudicadas, porque além de não receberem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

apoio do município, por via de subsídios, também eram agora prejudicadas, mediante aquilo que, muitas das vezes se tratavam de despesas de deslocação e de representação das mesmas, fora do concelho. Vincou que a proposta tinha sido ignorada na passada sessão daquela Assembleia, mas que agora estava devidamente formalizada e subscrita. -----

Marco Antunes disse que, provavelmente, deviam repensar a forma como eram dados aqueles apoios, porque não fazia qualquer sentido dizer-se que sim e depois não se liquidarem. As associações tinham todo o mérito mas, no final de contas, acabavam por não poderem pagar as suas despesas. -----

Luís Carvalho, relativamente à questão das associações, apesar do papel que tinham na sociedade, salientou que, por razões de equidade e de justiça não lhe parecia que fosse possível acompanhar a proposta, independentemente das razões invocadas na mesma, mas seria estar a abrir um precedente, a médio e longo prazo.-----

Hugo Capote lembrou que se estava a falar de instituições que usavam os SMAT e cujo transporte era assegurado pela Câmara, ao abrigo do próprio regulamento de transportes que dava apoios. Contudo, os SMAT não tinham que apoiar os encargos que a Câmara tinha, ao usar os transportes. Daquele modo, aparecia na lista de devedores a dívida. Havia, portanto, um défice no encontro de contas entre a Câmara e os SMAT. -----

A Presidente da Câmara disse que o apoio que se dava às instituições estava a ser cumprido. O que estava ali em causa era extra apoio, ou melhor, eram viagens feitas extra regulamento. A Câmara estava a pagar aos SMAT o estipulado. -----

Miguel Monteiro disse à Presidente da Câmara que não ficava convencido de que todo o movimento associativo, cultural e desportivo da cidade tenha estado, anos a fio, redondamente enganado. Pelos vistos, a Câmara Municipal de Portalegre era uma promotora das atividades, apoiando-as logística e financeiramente, sempre que era preciso. Mas, infelizmente, todos sabiam que tal não acontecia assim. A afirmação da Presidente era abusiva.-----

Hugo Capote, realçou que, muitas vezes, a Presidente da Câmara cometia o erro de falar de cor e, portanto, era altura de a mesma ali esclarecer, perante a Assembleia Municipal, se todas as dívidas que apareciam no relatório de contas dos SMAT (Grupo Desportivo Portalegrense, Santa Casa da Misericórdia, Bombeiros Voluntários, etc.) estavam saldadas, ou não. -----

A Presidente da Câmara disse que, de facto, durante os últimos anos e por força de lei do orçamento de Estado, o município de Portalegre não pôde dar subsídios. No ano



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

em curso foi feito um acordo com as associações culturais e as mesmas tinham vindo a usufruir de transportes pagos pela Câmara, aos Serviços Municipalizados.

O que ali estava em questão eram dívidas antigas, algumas delas feitas para lá do que na altura era o regulamento da Câmara.

Havia, de facto, associações que tinham pago e outras que não tinham pago. Não sabia exatamente a origem das dívidas e teria de analisar melhor. -----

O Presidente da mesa, segundo soube, disse que tinha sido criado a expectativa, a um determinado conjunto de associações, de que o apoio da CMP, não podendo ser por via do subsídio, seria por via da aquisição de serviços, nomeadamente aos SMAT.

Portanto, era importante poderem perceber de onde provinham as dívidas, qual o grau de compromisso criado perante as associações porque, de facto, as mesmas sendo ricas do ponto de vista humano, eram todas pobres, do ponto de vista material.

Salientou que, tanto a Câmara como a Assembleia Municipal devem ser colaborativas no movimento associativo e esperava poder-se ultrapassar aquela questão. -----

6 – Discussão e análise da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais);

Hugo Capote disse que aquele assunto era demasiado importante e com muitos compromissos futuros para que, de certa forma, pudesse ser relativizado. O processo em si já tinha começado há bastante tempo e a autarquia, atualmente, já assumia algumas competências que, há alguns anos, eram exclusivas do poder central, como era o exemplo da manutenção das escolas e dos assistentes operacionais, do primeiro ciclo.

A lei que foi criada para aumentar a transferência de competências levantava várias questões, a qualquer pessoa com responsabilidades, no exercício da gestão pública e camarária. No entanto, causava-lhes impressão que a Câmara Municipal de Portalegre não discutisse aquela questão. A lei dava-lhes um prazo para tal.

Perguntou à Presidente da Câmara se achava que a Câmara Municipal de Portalegre tinha condições para assegurar o artigo décimo terceiro do documento (competências na área da saúde). Lembrou que transferência de competências, ao nível da educação, iria ser alargada do primeiro ciclo ao ensino básico ao secundário. Chamou também a atenção para o facto de que, no início da transferência de competências, nas escolas do primeiro ciclo, o rácio de assistentes operacionais por aluno era um e, posteriormente, foi duplicado, além de que a Câmara, para assegurar o mínimo de vigilância e de exercício educacional nas escolas teve de assumir, do seu bolso, as assistentes operacionais, sem ajudas do poder central.

Portanto, a questão que se colocava à Presidente era se achava que a autarquia podia aceitar transferência de competências da área da saúde.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Por outro lado, perguntou qual seria a metodologia empregue naquela questão. Iria ser discutido sectorialmente.

Concluiu, achando ter havido irresponsabilidade ao não se terem pronunciado mais, porque, obviamente, a Câmara de Portalegre não tinha condições para aceitar aquela transferência de competências. Pois se nem sequer assegurava a manutenção das escolas do primeiro ciclo, como é que iria assegurar as do secundário. -----

A Presidente da Câmara, relativamente ao diploma em análise, referiu que uma coisa era o mesmo entrar em vigor, outra eram os seus efeitos. Frisou que só produzia efeitos após a publicação dos diplomas setoriais. Mais disse que o entendimento da maioria do executivo tinha sido de, quando saíssem os documentos setoriais, teriam de os discutir, diploma a diploma. -----

Luís Carvalho congratulou-se com o facto de se ter levado aquele assunto a discussão. Em bom rigor, achava que aquela questão não devia ser tratada ali, pois era impossível a Assembleia poder pronunciar-se com conhecimento de causa e com uma posição fundamentada e credível, visto não conhecer os diplomas setoriais, nem os montantes financeiros adstritos a cada uma das áreas que viriam a ser transferidas. Contudo, o que mais o preocupava era o Conselho de Ministros aprovar os diplomas setoriais em falta e os montantes para cada um dos municípios, por áreas e impor às Assembleias Municipais que se pronunciem num prazo reduzido. A seu ver, seria inviável que algum dos municípios portugueses pudesse aceitar, objetivamente, a transferência global de competências, num curto espaço de tempo.

Por outro lado, era preciso saber até que ponto se poderia tomar uma decisão fundamentada sobre o impacto financeiro e operacional, ao nível dos recursos humanos, daquela transferência de recursos, garantindo que os serviços públicos a prestar à população sejam superiores aos prestados anteriormente.

Referiu ainda que, na área da educação, seria vantajoso para todos que se recolhesse informação, com base na experiência de requalificação do Parque Escolar do 1.º Ciclo e dos custos envolvidos. Seria também necessário reconhecer os prazos e os custos de manutenção que a Parque Escolar estava a cobrar ao Estado português e como articular o contrato com a autarquia de Portalegre. Iguamente importante era o facto de que quando terminasse o contrato com as duas escolas, saber-se qual o montante preciso para assegurar a manutenção daqueles edifícios.

Relativamente aos equipamentos da área da saúde, disse que seria importante saber até que ponto é que os diplomas setoriais iriam assegurar e criar oportunidades para o município fazer uma gestão diferenciada da política pública e até que ponto era determinante o fator de proximidade, para se melhorarem os cuidados de saúde. Qual a vantagem daquelas competências irem para o município e não ser a Administração Central a fazê-lo.

Mais referiu que, face às especificidades do território e às necessidades e prioridades defendidas para o município, seria importante, por exemplo, poder mexer-se nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

horários de funcionamento e criar sinergias com outras intervenções e outros equipamentos, ou até mesmo poder selecionar as especialidades que se gostariam de ter nos centros de saúde. Portanto, se os diplomas setoriais que saíram, não tivessem contempladas estas dimensões, achava que dificilmente os poderiam aceitar. Concluiu, dizendo que aquele tema iria aparecer, recorrentemente, naquela Assembleia Municipal.

Concluiu, dizendo que aquele tema iria aparecer, recorrentemente, naquela Assembleia Municipal. -----

Hugo Capote chamou a atenção à Presidente da Câmara, pois no dia em que faltarem os assistentes operacionais, numa das escolas ou num centro de saúde, já não será ao Ministério que os munícipes e os utentes vão bater, mas sim à Câmara Municipal. Saliou, que nos serviços públicos havia a questão da universalidade e tanto a educação como a saúde deveriam ser iguais, tanto em Trancoso como em Lisboa, seguindo os mesmos princípios e orientações com equidade. Evidentemente que no dia em que for permitido a um município contratar médicos ou escolher as especialidades que podem existir, o município que tiver mais poder de compra ou outra capacidade política, terá também outra capacidade de meter outros médicos, enfermeiros e outros operacionais.

Contudo, quando se chegar a esse dia, o interior morrerá, porque a única coisa que ainda dá equidade ao território nacional, não era o investimento privado. A função pública era o que ainda dava algo ao território nacional, pois colocava médicos, professores, etc. nos sítios onde ninguém vive.

Outra questão era o facto daquele princípio ser assumido até dois mil e vinte um, mas e dali para a frente? Manter uma escola secundária não era tarefa fácil e pelo exemplo das que cá estavam todos sabiam que nem tinham os sistemas de climatização a funcionar. Nem sequer a Câmara Municipal de Portalegre tinha o sistema de climatização devidamente a funcionar.

Posto aquilo, alertou a Presidente da autarquia para o facto de ser necessário muita capacidade e muito dinheiro para manter duas escolas secundárias, mais um centro de saúde e várias extensões.

Uma vez mais, perguntou à própria, por princípio, qual era a sua opinião sobre o assunto. -----

Raúl Cordeiro disse que naquelas questões estruturantes teria que haver parcimónia e ter-se o devido cuidado. Primeiro que tudo, seria bom conhecer-se qual a estratégia da Câmara Municipal sobre descentralização. Porque, atualmente, já estavam aprovados no Conselho de Ministros oito áreas. Teriam de começar a pensar nas mesmas, quanto antes. Cada uma daquelas áreas exigia, não só, que se aceitasse a descentralização mas que também se tivesse competência para gerir o que se aceitava.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A questão principal era saber se a Câmara Municipal estava adaptada, nos seus quadros técnicos, para aceitar uma competência de uma determinada área, porque, caso contrário, será um desastre.

Concluiu, dizendo que gostaria de ouvir da parte da Presidente da Câmara qual a estratégia sobre a descentralização. -----

A Presidente da Câmara disse que, sendo a questão complexa, não se podia dizer logo que sim, ou que não, de forma leviana. A Câmara já estava a fazer um levantamento daquilo que eram as necessidades, para as várias áreas, não só nos recursos humanos, mas também com os recursos financeiros para dar a resposta, caso a descentralização viesse a ocorrer. Acrescentou que já tinham sido consensualizados alguns diplomas na área da cultura, da habitação social e da educação. Obviamente que tal facto a preocupava porque, atualmente, o município não tinha competência para tal responsabilidade.

Era preciso analisar os documentos setoriais e perceber o que é que a referida transferência de competências trazia atrás, em termos financeiros e o que era pedido às autarquias. Contudo, não se podia ignorar aquilo que se andava a reivindicar há alguns anos, quanto às autarquias que queriam mais autonomia, para poderem gerir melhor, visto terem o melhor conhecimento das respetivas populações.

Recordou que a Câmara de Portalegre estava a sair de um período de recessão e estavam, efetivamente, a atualizar alguns procedimentos e algumas questões ligadas aos recursos humanos.

Em conclusão, salientou que aquela questão tinha de ser analisada, sob vários pontos de vista, mas também não se podia dizer não, só por dizer não. -----

Hugo Capote esperava que aquele acentuar de dar autonomia e capacidade ao poder local não fosse esquecido, quando ali estivessem a discutir a questão das águas.

Preocupava-o o facto de que, competências essenciais, como a rede de águas ou a gestão dos resíduos e saneamento, havia uma tentativa do poder central retirar capacidade de gestão aos municípios mas, pelo contrário, em áreas sensíveis, que nunca foram competências das autarquias, como a gestão de um centro de saúde, etc., o governo já se preocupava em entregá-las.

Portanto, o fulcral da questão era darem-se mais competências ao poder local. No entanto, o que se desejava era ter mais recursos para exercer as competências. -----

O Presidente da mesa salientou que, numa matéria daquela densidade, jamais permitiria que a discussão não fosse feita aprofundadamente, atempadamente e lembrou que o órgão que tinha a competência exclusiva para aceitação de novas competências era a Assembleia Municipal, a qual deveria ter disponibilidade para, em vez de reunirem numa sessão às vinte e uma horas, reunissem durante uma tarde e uma noite, para discutirem uma matéria daquela complexidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

7 – Associação dos Amigos da Terceira Idade das Carreiras/Pedido de isenção de taxas;

- Deliberação da CMP de 17.09.2018 -

Não houve intervenções.-----

8 – Revogação do acordo de execução, por parte da Junta de Freguesia de Alagoa – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 17.09.2018 –

Miguel Monteiro salientou que o problema da freguesia da Alagoa era grave. Aquela revogação do acordo de execução era algo que, a seu ver, mexia com todo o território do concelho de Portalegre e onde as regras mínimas da equidade estavam a ser violadas, em face de uma fórmula que não respondia aos interesses das freguesias do concelho de Portalegre.

Chamou a atenção da Presidente da Câmara para os seguintes números: trezentos e trinta euros mensais, era o valor da ridicularia que o município pagaria, por aquele acordo e por aquela fórmula, à freguesia da Alagoa, para transferir as suas competências para lá. Qualquer pessoa sabia que tal valor era pouco mais que nada, para o funcionamento de um órgão autárquico, mesmo para a freguesia mais pequena do concelho. Portanto, nos termos do acordo, significava que a Câmara de Portalegre transferia três mil, novecentos e sessenta euros, por ano, para a freguesia da Alagoa. Um valor manifestamente insuficiente, para que a junta pudesse sequer pagar os compromissos fixos mensais, quanto mais poder aspirar a fazer obras de manutenção, mínimas, na freguesia. Era urgente encontrar uma solução para aquele problema.

Apesar de não saber o que estava a acontecer nas outras freguesias do concelho, sabia que, de outubro de dois mil e dezassete até aos dias de hoje, tinham sido transferidos da Câmara Municipal para a freguesia da Alagoa cerca de mil e trezentos euros.

Chamou a atenção à Presidente da Câmara para aquele valor, o qual considerava vergonhoso. Uma freguesia do concelho, independentemente da sua dimensão, não podia ser tratada daquela forma e salientou que havia despesas inerentes a qualquer freguesia do país, por maior ou menor que fosse.

Em conclusão, o seu grupo municipal, denunciava ali a questão, considerando ser bastante sensível ao ponto de propor ao executivo que dessem uma resposta urgente, pois a junta da Alagoa estava ingovernável, com a escassa transferência da parte da Câmara Municipal. Acrescentou que o PS estava disponível para, em conjunto com o executivo municipal, encontrarem uma fórmula que, manifestamente, fosse solidária para com as freguesias do concelho e que desse o peso merecido às despesas fixas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que cada uma tinha, e que retirasse o peso excessivo de certos critérios, como sejam o número de habitantes ou a área geográfica das mesmas.

Estavam, pois, disponíveis para apurar uma solução para que pudesse haver uma efetiva transferência de competências da Câmara Municipal para as juntas de freguesia.-----

Marco Antunes julgava que tinha havido um estudo para definição de critérios na atribuição daqueles valores, em função das áreas, da quilometragem dos serviços que havia a fazer. Perguntou se seria possível fazer-lhes chegar tal documento.-----

A Presidente da Câmara, relativamente à questão, disse que tinham sensibilidade suficiente para perceber que o valor que era transferido para as juntas era insuficiente. Uma prova daquilo foi que, logo no início do orçamento, o vereador que tinha aquele pelouro fez a proposta para ser aumentado.

Salientou que o orçamento era limitado e tiveram de fazer alguns cortes, que acabaram por ficar naquilo que estava anteriormente contratualizado.

Disse que, de facto, tinha sido feito um estudo e que a fórmula de base provavelmente não estava correta e, em termos da Alagoa, que era das que tinha mais dificuldades, o montante era mais que insuficiente.

Por vezes, o facto de ser relativo para todas e era em proporção, tinha a ver com os critérios definidos à priori: com a extensão, com a população, etc. No caso da Alagoa, por ter menos população, era a mais penalizada.

Acrescentou que, atualmente, era a Câmara que estava com o contrato programa, eram competências que ficaram delegadas. Portanto, teriam de encontrar uma fórmula diferente. Mais disse que fariam chegar o estudo técnico.

Por último, relevou o facto de as freguesias merecerem todo o respeito da autarquia e admitiu que eram as mesmas que fazia grande parte do trabalho, junto das populações, poupando muito dinheiro ao município. -----

O Presidente da mesa disse não ter conhecimento da crueza do número (trezentos e trinta euros) e que, de facto, não servia para muita coisa. Lembrou que também tinham sido eleitos por pessoas da Alagoa e os estudos que eram baseados no célebre programa Excel, normalmente eram cegos o suficiente, para depois não atingirem a proporção do ridículo, que enunciavam no resultado final.

Tinham pois de promover uma solução para aquela freguesia e assim beneficiando as restantes. Disponibilizou-se para que pudessem promover o entendimento político, de modo a terem uma freguesia atuante, disponível e com capacidade para responder às necessidades das populações. -----

A Presidente da Câmara lembrou ali que a junta de freguesia da Alagoa era também discriminada pelo próprio FEF e pela natureza da fórmula aplicada, porque as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

transferências do Estado para as freguesias ia, de certo modo, penalizar a freguesia em causa. Concluiu, dizendo que a equação inerente às transferências era complexa.

9 – 2.ª Revisão Orçamental 2018 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação da CMP de 17.09.2018 –

Hugo Capote disse que aqueles três pontos se prendiam entre eles. Portanto, talvez se pudessem discutir em conjunto. -----

O Presidente da mesa disse que seria proveitoso fazerem a discussão conjuntamente (Pontos nove, dez e onze). -----

10 – 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento/2018 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação da CMP de 17.09.2018 –

11 – 1.ª Alteração ao mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação da CMP de 17.09.2018 –

Hugo Capote perguntou o que tinha levado a que aqueles investimentos dos Serviços Municipalizados não tivessem sido iniciados em dois mil e dezoito e protelados para dois mil e dezanove, na melhor das hipóteses. -----

João Meira perguntou qual era o objetivo das condutas na zona industrial, o local preciso das mesmas, o fim a que se destinavam e qual o interesse económico para o concelho. -----

O Vereador Nuno Lacão, relativamente à questão colocada pelo membro Hugo Capote, disse que se prendia com uma situação a evitar, relativamente a algumas situações ocorridas, as quais ditavam antecipação de receita. Em termos de Conselho de Administração tinham tomado a decisão de não fazer aquela situação relativamente às questões legais, independentemente daquilo que rezava a história do passado dos SMAT e optou-se, face aos encargos, relativamente ao que se tinha a pagar à ELVT, da parte da componente da água e do saneamento e da questão da faturação em função das condições meteorológicas.

Quanto à questão do membro João Meira, referiu que as componentes da água e saneamento estavam ali divididas por questão de rubricas e fazia tudo parte do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

procedimento já lançado, o qual só tinha tido uma proposta acima do preço base, ou melhor, caiu e teve que ser revisto todo o projeto, para poder ser lançado novamente e face aos encargos, teve de ser feito novo enquadramento. Fez-se, pois uma, estimativa do que seria só a obra, neste ano, em termos de despesa a realizar, para permitir o lançamento do processo relativo à zona industrial. O processo em si era muito importante, porque tinha especial incidência sobre a primeira fase da zona industrial, pois prendia-se com o troço junto ao IP2, que já tinha apresentado problemas até ao seu prolongamento da Avenida Francisco Fino, nomeadamente o cruzamento junto ao Restaurante JI, para retificar toda aquela componente. Acrescentou que o tipo de drenagem lá existente era exclusivamente unitária, ou melhor, era o residual doméstico ou industrial e teve de ser feita uma rede separativa, aproveitando a rede pluvial, separando a questão da água do efluente, porque depois entra na ETAR e aumenta a conta e garantir também a renovação do abastecimento de água naquele setor, o qual abrangia a zona do IEFP, a Hutchinson, etc. Havia, portanto, situações a corrigir, mas estavam a renovar-se as infraestruturas, no caso do abastecimento de águas, rede de drenagens de águas residuais e pluviais. ----

12 – Proposta de adjudicação do revisor oficial de contas;

- Deliberação da CMP de 17.09.2018 –

Miguel Monteiro disse que existem coisas que se resolvem à primeira, outras à segunda, e outras nem sequer à terceira. Não lhe parecia que fosse ainda resolvida aquela questão. Lembrou que o ponto tinha sido retirado, porque a Assembleia tinha entendido, e bem, que o executivo não estava a dar cumprimento ao artigo setenta e sete da lei setenta e três, de três de setembro. Entretanto, o assunto tinha sido alvo de discussão, em sede de executivo municipal, foram acrescentadas mais três propostas à proposta única, para decidirem qual o auditor externo que seria responsável pela certificação legal de contas do município de Portalegre e aquilo que a Presidente da autarquia tinha feito, foi entrar, novamente, em incumprimento com o artigo setenta e sete da mesma lei. Além de que, a autarca cometeu dois erros naquilo que tinha sido alvo de proposta, deliberado na mesma reunião de Câmara. A deliberação em causa dizia o seguinte: “A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, aprovar a adjudicação à empresa Mariquito Correia & Associados e submeter à aprovação da Assembleia Municipal...”, portanto submeteu-se logo à aprovação da Assembleia Municipal.

No seu entender, teria de ser retirado para que a Assembleia fosse escutada sobre a matéria. Sendo que, a Presidente da Câmara continuou a insistir que o executivo era entidade competente para decidir, de entre as quatro empresas, que estavam presentes no concurso.

Salientou que, conforme o disposto no artigo e na lei, quem decidia sobre as propostas era o órgão deliberativo, Assembleia Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Posto aquilo, o que o grupo municipal propunha, novamente, era a retirada do ponto e que o mesmo fosse de novo submetido à reunião do executivo municipal, para suprir as questões legais. -----

Hugo Capote perguntou que sentido fazia que quem era auditado escolhesse o auditor. -----

A Presidente da Câmara disse que, anteriormente, se tinha aberto um procedimento concursal e houve três propostas, uma que se concretizou e outros dois que não tinham apresentado sequer proposta alguma. Na situação atual, abriu-se novo concurso, houve propostas concretas e valores que não se coadunavam com o que era o caderno de encargos. Portanto a proposta do executivo à Assembleia era a de valor mais razoável. Solicitou à Assembleia que dissesse como queriam que se procedesse. O nome indicado pela Câmara não era vinculativo e, obviamente, cabia à Assembleia decidir. Acrescentou que tinha um parecer da CCDR, que até tinha sido feito para outra Câmara, valia o que valia e que dizia o seguinte:

“Como decorre da previsão expressa no número um, do artigo setenta e sete da lei setenta e três, de dois mil e treze, a nomeação do auditor é competência própria do órgão Assembleia Municipal, sob proposta do órgão executivo, Câmara Municipal. Assim sendo, parece ser como concreto o entendimento que a contratação pública do auditor externo é da responsabilidade da Câmara Municipal, ou até do seu Presidente, dando origem à aprovação de uma proposta pela Câmara Municipal, a submeter à Assembleia Municipal, cabendo a este último órgão nomear, ou não, o auditor externo nela indicado. Caso a Assembleia Municipal não aprove definitivamente a proposta da nomeação do auditor externo, apresentada pela Câmara Municipal, pode efetivamente verificar-se o incumprimento da obrigatoriedade de dar cumprimento ao previsto no artigo setenta e sete da lei setenta e três, de dois mil e treze. A nosso ver, seria conveniente que a gestão fosse objeto de ponderação superior, com vista a avaliar se se justifica a sua resolução por via legislativa.”

Pediu à mesa para entregar o documento, apenas para conhecimento. -----

O Presidente da mesa esclareceu que a CCDR, muito menos através de parecer, tinha tutela jurídica ou legal sobre o município de Portalegre e sobre o seu órgão deliberativo. Com o devido respeito ao jurista que elaborou o parecer, salientou que estavam perante a extensão da competência própria e exclusiva do órgão fiscalizador da atividade municipal – Assembleia Municipal.

Mais referiu que, não querendo suportar o seu argumentário em teses meramente qualificativas ou adjetivas e atendia aos factos. A Assembleia Municipal tinha própria competência política para fazer a interpretação da lei e era oponente e ilidível pelos demais diversos entendimentos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Quanto ao requerimento da retirada do ponto, para cumprimento da satisfação daquilo que era a exigência de uma determinada interpretação, não lhe cabia outra alternativa senão colocar à votação a retirada do mesmo. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção do PSD, a retirada do ponto. -----

13 – 2ª Alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de Portalegre/2018:

- Deliberação da CMP de 17.09.2018 –

Não houve inscrições.-----

14 – Proposta de Regulamento do Mercado Municipal de Portalegre.

- Deliberação da CMP de 17.09.2018 –

Marco Antunes perguntou se a proposta que ali estava de regulamento coincidiria, exatamente, com a que tinha sido discutido na reunião de Câmara. Questionou se o regulamento iria ser alterado, ou não. -----

A Presidente da Câmara disse que, efetivamente, a alteração tinha ficado em claro, pois tiveram alguns problemas técnicos. Contudo, o que ficou previsto foi uma redução de cinquenta por cento no que dizia respeito ao anexo dois. Perguntou à mesa se a alteração poderia ser introduzida.-----

O Presidente da mesa perguntou à Presidente da Câmara se queria que o documento fosse objeto de ratificação, naquele momento, uma vez que o que tinha sido aprovado em reunião de Câmara era distinto do que estava em apenso à documentação.-----

A Presidente respondeu afirmativamente. -----

O Presidente da mesa perguntou aos membros se havia alguma oposição a que o assunto pudesse ser discutido daquela forma e votado de acordo com o que foi objeto de aprovação, em sede de Câmara Municipal. -----

Hugo Capote questionou se as duas incorreções existentes no documento tinham a ver com o anexo dois, mais propriamente com as taxas e com o anexo um, na parte dos horários de abertura.-----

O vereador Armando Varela disse ter havido algumas alterações aprovadas em reunião de Câmara, as quais passou a identificar:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- No artigo vigésimo seriam suprimidos os pontos sete e oito e o ponto nove seria renomeado e passaria a ser o ponto sete;
- No anexo um, o período de funcionamento, no piso zero, estava no documento que era de quarta a sábado, “Bancas e lugares de terrado” e passava a ser de segunda a sábado;
- O anexo dois, as lojas, as bancas e os lugares de terrado, o valor que lá estava era reduzido em cinquenta por cento;
- A nota dois seria suprimida. -----

Hugo Capote disse que a CDU tinha uma intenção de voto formulada com base no texto que tinham recebido. Partindo do princípio que poderiam aceitar aquelas alterações, perguntou se não havia nenhuma alteração na questão do estacionamento. Acompanhando a declaração de voto do Vereador da CDU, questionou se não estava prevista nenhuma diferenciação positiva, comparando o mercado com outras superfícies comerciais, na cidade, que tinham o estacionamento gratuito e sem limite de horário, relativamente à situação do estacionamento ao redor do Mercado Municipal. Estava prevista alguma discriminação positiva para o estacionamento junto ao Mercado, atendendo a que o documento trazia algumas alterações. -----

A Presidente da Câmara disse que as alterações introduzidas foram as que tinham sido aprovadas. Naquele regulamento estava previsto o estacionamento mas seria assunto para ser discutido ainda em reunião de Câmara. Contudo, não estava plasmado naquele regulamento. -----

O Presidente da mesa informou que não constava do edital um ponto remetido aos membros, à posteriori, mas seria para admitir, ali, se o plenário aceitasse. Naquele sentido, colocou à discussão o ponto décimo quinto, que iria fora de ordem, e se tratava de um pedido de isenção de taxas, remetido pela CerciPortalegre. -----

DELIBERAÇÕES:

1.ª Proposta – PS – Triângulo turístico de S. Mamede;

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

2.ª Proposta – PS – Homenagear Mário Soares é homenagear a democracia;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção do PSD, aprovar a proposta. -----

2 – Ata n.º 9. relativa à reunião da Assembleia Municipal realizada em 29 de junho de 2018;

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com sete abstenções, aprovar a ata. -----

3 – Relatório de contas consolidado de 2017;

- Deliberação da CMP de 13.06.2018 –

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção do PS, aprovar o ponto.-----

4 – Plano intermunicipal para a igualdade de género do Alto Alentejo Este;

- Deliberação da CMP de 22.08.2018 -

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

5 – Proposta do Grupo Municipal do PS – SMAT/Recebimentos em atraso;

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com o voto contra da CLIP e com a abstenção dos membros Marco Antunes, António Carreiras e Cristiana Camejo, aprovar o ponto. -----

6 – Discussão e análise da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto (Lei - quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais);

7 – Associação dos Amigos da Terceira Idade das Carreiras/Pedido de isenção de taxas;

- Deliberação da CMP de 17.09.2018 -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

8 – Revogação do acordo de execução, por parte da Junta de Freguesia de Alagoa – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 17.09.2018 –

9 – 2.ª Revisão Orçamental 2018 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação da CMP de 17.09.2018 –

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

10 – 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento/2018 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação da CMP de 17.09.2018 –

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

11 – 1.ª Alteração ao mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação da CMP de 17.09.2018 –

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

12 – Proposta de adjudicação do revisor oficial de contas;

- Deliberação da CMP de 17.09.2018 –

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, retirar o ponto.-----

13 – 2ª Alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de Portalegre/2018;

- Deliberação da CMP de 17.09.2018 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

14 – Proposta de Regulamento do Mercado Municipal de Portalegre (com as correções apresentadas, por evidenciação do original aprovado em reunião de Câmara);

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra da CDU, aprovar o ponto. -----

Declaração de voto – CDU (Hugo Capote)

“ O nosso voto contra o Regulamento do Mercado municipal é porque, acompanhando a preocupação do Vereador da CDU na altura, na Câmara Municipal, e atendendo à prática da Presidente da Câmara, já sabemos que o compromisso não vai ser assumido e, portanto, sabemos que não vai ser feita qualquer discriminação positiva para o estacionamento.”

15 – Pedido de isenção de taxas, remetido pela CerciPortalegre.

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido.-----

Aprovação em minuta:

O Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da Ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

FALTAS: Não houve faltas a registar.

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da mesa, encerrada a 4.^a sessão ordinária da Assembleia Municipal, era 00.25 h, do dia 29 de setembro do ano de 2018 e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei.-----